

Título

Programa de Língua Portuguesa/Português: uma visão diacrónica

Editor

Ministério da Educação

Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular

Autores

Equipa de Português da DGIDC:

Regina Duarte (coord.)

Ana Sofia Veigas

Joana Batalha

Maria da Luz Pignatelli

Marisa Henriques

Concepção Gráfica

Isabel Espinheira

Lisboa, 5 de Dezembro 2008

Índice

I. Nota introdutória	05
-----------------------------	-----------

II. Visão diacrónica dos programas de Língua Portuguesa/Português, de 1921 a 2001

1. 1921 - Programas do Ensino Primário Geral	07
2. 1936 - Ensino Liceal – Reforma dos estudos e respectivos programas	07
3. 1937 - Ensino Primário – Proposta de lei	09
4. 1948 - Programas das disciplinas do ensino liceal	09
5. 1960 - Programas do Ensino Primário	11
6. 1968 - Programas do Ensino Primário	11
7. 1978 - Programa do Ensino Primário	11
8. 1979 - Programas do Ensino Primário, Preparatório (1º ano) e Secundário (7.º e 8.º anos)	12
9. 1980 - Programas de Língua Portuguesa	15
10. 1991 - Organização curricular e Programas (1.º, 2.º e 3.º ciclos e Ensino Secundário)	15
11. 2001 - Currículo nacional do Ensino Básico	20

III. Quadro síntese dos documentos orientadores	22
--------------------------------------------------------	-----------

IV. Conclusões	24
-----------------------	-----------

I

Nota Introdutória

Com os estudos que agora se apresentam, pretende-se reunir documentação significativa que informe as tomadas de decisão fundamentais para a revisão dos programas de Língua Portuguesa para o Ensino Básico. Esta revisão consubstancia a necessidade de articulação entre documentos orientadores para o ensino da língua portuguesa, bem como da sua actualização, de forma a qualificar o ensino da língua e a contribuir para a melhoria das aprendizagens dos alunos.

Ao preparar a revisão dos programas de Língua Portuguesa, concretizada por uma equipa de docentes convidados para o efeito, e coordenada pelo Professor Doutor Carlos Reis, a Equipa de Português da DGIDC realizou vários estudos preparatórios, numa tentativa de analisar a realidade em que a revisão se inscreve, incluindo neste olhar diferentes agentes do processo de ensino-aprendizagem: docentes, alunos, investigadores e formadores de professores. Os dados recolhidos são agora divulgados em três grupos: dificuldades dos alunos, posição dos docentes acerca do ensino da língua e tendências que os documentos orientadores para a língua portuguesa evidenciam, no último século.

O primeiro estudo desta publicação – *Dificuldades dos alunos em Língua Portuguesa* – integra uma síntese da avaliação de desempenho e de diagnóstico de dificuldades dos alunos do 6.º ao 11.º ano, de turmas dos professores aplicadores do Projecto Investigação e Ensino da Língua Portuguesa (IELP). Trata-se da síntese de um estudo cuja versão integral se encontra disponível para consulta em <http://sitio.dgfdc.min-edu.pt/linguaportuguesa/Paginas/revisaodosprogramasdeLPEB.aspx>, que apresenta as grandes conclusões do trabalho efectuado por este grupo, no âmbito da intervenção didáctica monitorizada durante o ano lectivo 2007/2008. Esta intervenção didáctica foi levada a efeito nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, em diferentes anos de escolaridade, com incidência nas competências essenciais da Língua Portuguesa/Português: Leitura, Conhecimento Explícito da Língua, Escrita e Oralidade.

O segundo estudo – *Posição dos docentes relativamente ao ensino da Língua Portuguesa* – constitui uma fonte preciosa de informação quer pela sua actualidade, quer pela visão global da experiência dos docentes, da forma como percebem as suas práticas e se relacionam com os enquadramentos legais, quer ainda pelas necessidades que constataam enquanto formandos.

O documento compreende a análise do inquérito nacional aos docentes sobre o ensino da Língua Portuguesa no ensino básico, que resulta do tratamento estatístico e da leitura comentada dos dados obtidos em questionário preenchido electronicamente por docentes de Língua Portuguesa, de 499 agrupamentos do país (57% do total dos agrupamentos da rede nacional), em Outubro de 2008.

Inclui a análise do questionário “Trabalhar conteúdos de Funcionamento da Língua, tendo como referência a Terminologia Linguística”, aplicado pelo GramaTIC^a.pt a docentes, formandos e formadores.

Compreende ainda a análise de trabalhos didáticos em contexto de formação contínua, uma leitura comentada das propostas didáticas de 758 formandos de todo o país. Trata-se de trabalhos realizados nas acções de formação “O Trabalho de Funcionamento da Língua em sala de aula e a Terminologia Linguística”, que decorreram entre Março e Junho de 2008. Os materiais produzidos foram analisados na perspectiva da didactização, no sentido de se verificar o tipo de trabalho privilegiado pelos docentes quando operacionalizam a competência de Funcionamento da Língua, bem como a sua articulação com as competências de leitura, de escrita e de oralidade.

O último estudo, de carácter distinto dos precedentes, propõe uma leitura diacrónica dos programas de Língua Portuguesa/Português, desde 1921, no sentido de se identificarem as grandes variações nas linhas orientadoras do ensino da língua, os paradigmas que estão subjacentes às opções tomadas legalmente, o papel que a língua materna tem assumido no currículo, bem como o tipo de aula de língua que cada um dos textos programáticos estudados prefigura, enquadrados por um contexto histórico específico.

A análise da realidade constituída por docentes e alunos de Língua Portuguesa é, assim, complementada pelo estudo diacrónico dos programas da disciplina, que pré-configuram a aula de língua, na tentativa de delinear um pano de fundo para a revisão que agora se apresenta.

Qualquer paradigma de ensino da língua materna assenta no papel social e escolar que lhe é atribuído pela sociedade, alterando-se à medida que esta se transforma, mas mantendo características de paradigmas anteriores que provaram servir o objectivo a que os programas se propõem: fornecer orientações estruturantes para os docentes, sabendo que o currículo *de facto* é determinado por estes agentes, que tomam decisões e adaptam ao contexto da sua sala de aula o que centralmente é proposto.

A revisão dos programas far-se-á, certamente, não por ruptura com o passado, mas de acordo com o que a análise dos contextos em que esta se insere provar ser necessário, de forma a melhorar a qualidade das aprendizagens dos alunos. Tem sido este, aliás, o objectivo primeiro de qualquer medida tomada no âmbito do Plano Estratégico para o Ensino do Português.

I

Visão diacrónica dos programas de Língua Portuguesa/Português, de 1921 a 2001

Apresenta-se, em primeiro lugar, uma análise de cada um dos programas em estudo, incidindo sobre aspectos como o formato e a estrutura dos documentos programáticos, os domínios ou competências, os conteúdos, as metodologias de aprendizagem, a avaliação, entre outros. Por sua vez, um quadro-síntese dos programas analisados permite uma visão comparativa do papel e da influência de cada um destes documentos no momento histórico em que foram produzidos.

Por fim, no capítulo das conclusões, procura-se sistematizar as grandes variações nas linhas orientadoras do ensino da língua, tendo por base os paradigmas que estão subjacentes às opções tomadas legalmente, o papel que a língua materna tem assumido no currículo, bem como o tipo de aula de língua que cada um dos textos programáticos estudados prefigura, enquadrados por um contexto histórico específico.

1. 1921 - Programas do Ensino Primário Geral

Este documento, contextualizado pelo Decreto nº.7 311, revoga os textos programáticos de 1919, e apresenta os Programas das várias disciplinas por ano, da 1.ª à 5.ª classe. No que diz respeito ao Português, são fornecidas indicações muito breves (um ou dois parágrafos) sobre os domínios a exercitar – leitura, oralidade e escrita –, colocando-se ainda a tónica na memorização. Só a partir da 3.ª classe aparecem alguns conteúdos gramaticais e as tipologias textuais a treinar na produção escrita. Na 5.ª classe, abordam-se já “curtos traços biográficos” dos autores estudados.

Nas últimas páginas do documento, surgem “Instruções” que reforçam a necessidade de aprender a ler, a falar e a escrever neste ciclo de ensino. A escrita desenvolver-se-á a partir de descrições orais e “sobre assuntos tratados nas lições de história, geografia ou ciências naturais”, ao passo que a “análise gramatical, lógica e etimológica” será realizada a partir da 2.ª classe. O método para ensinar a ler fica ao critério do professor.

2. 1936 - Ensino Liceal – Reforma dos estudos e respectivos programas

O ensino liceal corresponde aos 2.º e 3.º ciclos e ao ensino secundário. Os programas de 1936 são antecedidos pelo Decreto-lei n.º 27 084 e pelo Decreto n.º 27 085, publicados a 14 de Outubro de 1936, que estipulam a carga horária e o currículo do ensino liceal, bem como os seus objectivos, e apelam à inculcação do espírito nacional, corporativista e colonial a seguir nas escolas. Estes documentos demarcam-se já dos programas anteriores, apresentando, à luz das “realidades tangíveis da psicologia aplicada”¹ um “regime de estudos” por disciplinas, distribuídas pelos “diversos anos de cada ciclo, segundo as suas afinidades”, por oposição a um regime de classe. De acordo com o Decreto-lei, a “disciplina de Português visará sempre, além do estudo da língua, o conhecimento da história pátria, em forma de narrativas”. À disciplina de Português é atribuída a carga horária de cinco horas semanais no 1.º ciclo, três horas semanais no 2.º ciclo e cinco horas no 3.º ciclo.

¹ Todas as citações apresentadas neste estudo são retiradas dos respectivos documentos orientadores, da responsabilidade do Ministério da Educação, pelo que se remete apenas para a data da sua publicação.

Em termos estruturais, o documento está organizado por disciplina e por ciclo, detalhando-se a informação relativa a cada um dos anos que o constituem. No final de cada ciclo, aparecem Observações de teor pedagógico e metodológico, que também apelam ao endoutrinamento dos alunos em questões como “o sentimento nacional da grandeza da Pátria” e a tradição “colonial”, sublinhando-se que a aula de português é a que melhor se adequa a estas finalidades.

Na consulta do programa da disciplina de Português, o professor encontra alguns parágrafos que apresentam os conteúdos linguísticos a leccionar, por domínio – fonética, morfologia, vocabulário, sintaxe –, o cânone literário e algumas orientações breves, respeitantes à leitura e à escrita. Será importante realçar que os conteúdos elencados veiculam a “terminologia gramatical mais geralmente adoptada”.

O “ensino da língua materna” deverá ser “realizado por intermédio de textos de leitura” (“centro de todos os exercícios”) que, no primeiro ciclo, sofrem um tratamento superficial, uma vez que são usadas apenas estratégias como a paráfrase (“explicação verbal e real dos textos”) ou “modificações lexicológicas e sintáticas dos textos, sem alteração do sentido”. Em todos os ciclos, os textos servem de “pretexto para a reflexão moral e cívica”, sendo incitada, ainda no 1.º ciclo (actual 2.º ciclo), a produção de “exercícios de redacção sobre assuntos coloniais”. As Observações incluem indicações relativas às características ideais do manual, assim como a apresentação dos “livros” para o ensino.

A partir do 3.º ano, surgem indicações bibliográficas mais concretas, quer pela referência específica a autores (Júlio Dinis), quer pela sugestão de obras (no 3.º ano, a proposta de leitura recai em Lendas e Narrativas, de Alexandre Herculano e, no 4.º ano, em O Bem e o Mal, de Camilo Castelo Branco e em Frei Luís de Sousa de Garrett).

No 2.º ciclo, o Português partilha a carga horária com o Latim, língua que servirá de referencial para o estudo da gramática: “o aluno irá compreendendo como a sua língua, pela quase totalidade do seu léxico, é filha legítima da latina. Compreende-se que o Português, ensinado com esta orientação nos três anos, seja ligado ao Latim, como nos antecedentes lhe andaram ligadas as narrativas históricas.” Além disso, aparece já, ainda que fugazmente, a referência à análise literária.

Nas Observações, alerta-se para a importância de fomentar o gosto literário dos alunos, levando-os a contactar com os “melhores autores”, pelo que os textos de índole moral cedem lugar aos literários. No 3.º ciclo, a disciplina passa a denominar-se Língua e Literatura Portuguesa, permitindo aos alunos, numa perspectiva historicista, adquirir uma visão diacrónica da literatura, dos “mais antigos documentos” escritos em português até ao século XIX, com Guerra Junqueiro.

Nas Observações delineiam-se três objectivos gerais:

- 1.º Habituá-lo ao uso correcto e elegante da linguagem, quer falada, quer escrita, e à disciplina do pensamento na concepção e na elaboração.
- 2.º Desenvolver o gosto literário, tanto sob o aspecto passivo (prazer da leitura dos bons autores) como sob o aspecto activo (faculdades de análise, reconhecimento de características diferenciais e de processos artísticos; espírito crítico, aptidão para formar juízos de valor nos campos estético, lógico e moral; estímulo às vocações latentes, tentativas de criação).
- 3.º Promover a ilustração do espírito e também a educação cívica dos alunos, por meio da exposição metódica da história da literatura portuguesa à luz de numerosos documentos que permitam acompanhar a evolução dos sentimentos, das ideias e da arte, bem como da linguagem, numa síntese da vida mental da Nação.

É ainda nesta parte do programa que a consciência da sua extensão incita os autores a deixarem algumas indicações para a gestão do tempo, nomeadamente sobre o número de aulas a dedicar aos textos (“A origem da língua portuguesa não requer mais de duas lições, ilustradas com a leitura de um texto de latim

bárbaro, outro de um auto público e uma canção do tipo mais arcaico”) e os trechos a estudar (“Do séc. XVIII devem ler-se páginas, das mais formosas, de Frei Luiz de Sousa, modelos dos mais perfeitos, de António Vieira, alguns trechos da mística suave de Manuel Bernardes e das curiosas sentenças de D. Francisco Manuel”). Sugere-se o recurso à “exposição” pelo professor e dão-se algumas orientações para as tarefas a realizar em casa.

Mais uma vez, a tónica é colocada no texto, meio de apropriação de modelos de escrita e de “criação de um estilo”.

3. 1937 - Ensino Primário – Proposta de lei

Esta Proposta apoia-se no Decreto-lei n.º 27 279, de 24 de Novembro de 1936, e no decreto 27 603, de 29 de Março de 1937, que reduzem o número de disciplinas do currículo e entendem que a língua portuguesa se ocupará da “leitura, redacção e feitos pátrios, desenho e caligrafia”.

O documento contrapõe “um estéril enciclopedismo racionalista” ao “ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal.” Além disso, afirma-se que “o ensino da língua portuguesa visará também o conhecimento de noções simples e práticas da vida cotidiana, reflectindo sempre o meio ambiente.”

Sem incidir especificamente sobre cada uma das disciplinas do currículo, mas sendo fiel ao decreto de 1936, este documento propõe um conjunto de medidas que visam essencialmente contrariar a taxa de analfabetismo, bem como “articular o ensino primário complementar com o segundo ciclo do ensino secundário”.

Na Proposta de Lei reitera-se que a leitura e a escrita são estruturantes na educação das crianças.

4. 1948 - Programas das disciplinas do ensino liceal

À semelhança da Reforma dos Estudos e respectivos programas de 1936, este programa é antecedido do Decreto-lei n.º 36 507, que denota um particular cuidado com a adequação didáctica² dos conteúdos. A carga horária mantém-se no 1.º e 2.º ciclos, alterando-se apenas no 3.º ciclo, que passa a ter quatro horas semanais.

Com uma estrutura bastante idêntica à do programa anterior, apresenta, no entanto, algumas diferenças e novidades. No 1.º ano, a disciplina dedicada à língua materna passa a denominar-se Língua e História Pátria, havendo já lugar para a “observação de particularidades estéticas rudimentares”; no 2.º ano, aumenta significativamente o número de conteúdos gramaticais a leccionar.

São especialmente dignas de nota as opções tomadas no 4.º ano, em que, a par da ampliação do rol de autores e do eixo temporal estudado, se atenua a tendência para cotejar o português com o latim (lembramos que no anterior programa a disciplina se chamava Português-Latim), embora a comparação se prolongue ainda pelos 5.º e 6.º anos.

Todavia, é no 6.º ano³ que as diferenças face ao programa de 1936 são assinaláveis, uma vez que os conteúdos gramaticais passam a ocupar bastante mais espaço que no anterior, sugerindo-se ainda a elaboração de “exercícios de composição”. Neste programa, propõe-se “o estudo convenientemente graduado

² Isto é notório, por exemplo, no 3.º ano, em que no domínio da fonética se começa pela abordagem de noções mais elementares como a sílaba, o acento ou a enclítica. No Programa de 1936 optava-se pelo estudo das oclusivas e constritivas; das guturais, dentais e labiais.

³ Neste Programa, o 6.º ano passa a fazer parte do 3.º ciclo.

da história da literatura portuguesa” (do Renascimento ao Romantismo), ao passo que nos anos 30 se omitia o ponto de vista histórico, apesar de a abordagem ser diacrónica e de se resumir a quatro autores: Fernão Lopes, João de Barros, Camões e D. Francisco Manuel de Melo.

No 7.º ano, surge integrada na disciplina de Língua e Literatura Portuguesa a história da língua; as épocas literárias a estudar são a Idade Média, o Classicismo e o Romantismo. Aí, encontramos apenas uma pequena alusão ao século XX: “ideia muito sumária dos aspectos e das tendências mais gerais da literatura de hoje.”

As *Observações* são deixadas para o final do documento e organizam-se em *Finalidades do Ensino* e na rubrica *A Actividade na Escola*.

A título de exemplo, veja-se algumas das finalidades apresentadas para o 1.º ciclo: “as preocupações dominantes do ensino desta disciplina hão-de ser as de fundamentar solidamente uma cultura, e de arraigar no espírito e no coração dos alunos sentimentos elevados de civismo e de amor da Pátria. Justificam-se assim como básicos dois objectivos: educar o aluno na inteligência e uso correcto da linguagem e desenvolver a recta formação da sua personalidade de homem e de português.”

A secção *A Actividade na Escola* corresponde à parte em que se esboçam “operações didácticas” a desenvolver com os alunos, nos domínios da leitura, dos “exercícios de elocução”, dos “exercícios de ditado”, dos “exercícios de redacção”, dos “exercícios de vocabulário” e de “gramática” e dos “textos”. Com estas indicações, algumas delas um pouco impressionistas, pretende-se despertar para a necessidade de “manter sempre vivo e progressivamente fecundo o jogo dos mecanismos mentais e dos estímulos afectivos por intermédio de exercícios frequentes.” Vejamos um exemplo relativo ao 1.º ciclo:

“Leitura – Considera-se como exercício central. Que seja inteligente e inteligível, expressiva, discretamente entoada, com pronúncia clara e correcta. (...) Convém atalhar a tendência para o verbalismo, exigindo sempre do leitor a consciência do movimento das ideias e sentimentos. Para isso aconselhe-se com insistência um ritmo relativamente pausado e a obediência instintiva aos sinais de pontuação”.

A partir destas informações, já se reflecte sobre as especificidades de cada ciclo de ensino, bem como sobre o patamar de desenvolvimento cognitivo em que os alunos deverão estar. Daí que no domínio da gramática se evite, por enquanto, o ensino por definições: “se o ensino for interpretativo, dirigido à inteligência, o significado da terminologia resultará da intuição”.

Para o 2.º ciclo, toma-se por adquirido que “o aluno atingiu um estado propício a um conhecimento mais perfeito e mais segura utilização dos recursos da linguagem; e as suas reacções emotivas dão-lhe uma sensibilidade mais esperta para os esplendores de beleza formal e conceptual.”

Neste ciclo, e dado o grau de dificuldade da obra, determinam-se as estâncias de *Os Lusíadas* a estudar, bem como as linhas de interpretação sobre as quais deve incidir o “comentário”: “há-de insistir-se no significado nacional do Poema e no que se possa patentear claramente como expressão pessoal do autor, dando também relevo ao valor cultural e ao sentido de alguns passos e do conjunto.”

No 3.º ciclo, os objectivos são iguais aos do programa de 1936. Nas *Observações* são enumeradas as peças vicentinas que deverão ser objecto de análise, bem como o tipo de textos que deverão ser escolhidos para análise gramatical.⁴ Na linha do programa anterior, aparecem recomendações para a gestão do tempo, salientando-se ainda que se devem desenvolver apenas os aspectos literários que respeitam o grau de maturidade intelectual dos alunos.

⁴ Para além de se apelar a uma selecção “criteriosa” dos textos, “de preferência sobre os de menor valor literário, ou de linguagem que requeira estudo especial”, dão exemplos concretos: historiografia alcobacense, textos de Frei Luís de Sousa ou de Vieira, “para lhes observar o perfeito encadeamento”, de Gaspar Correia, “para apreciar a rudeza da construção, de D. Francisco Manuel de Melo, para notar alguma obscuridade ou irregularidade de sintaxe, de D. Duarte, para sentir as dificuldades da construção alatinada.”

5. 1960 - Programas do Ensino Primário

Estes Programas actualizam os Decretos de 13 de Abril de 1929 e de 29 de Março de 1937, para o ensino primário, procurando articular concepções e “corresponder à evolução da vida portuguesa e das técnicas pedagógicas no último quarto de século.”

Enformado pelo Decreto-lei n.º 42 994, o Programa de Língua Portuguesa obedece à estrutura do Programa de 1921: apresentação de domínios, estratégias e conteúdos e “Instruções”. É relativamente ao primeiro aspecto que se detectam algumas novidades, nomeadamente pela proposta de jogos e de dramatizações (1.ª classe), pela “leitura comentada de passos de publicações periódicas ou de livros” (a partir da 3.ª classe), e pelo estudo da importância da expansão da língua portuguesa em Portugal e no Brasil (4.ª classe). Comparativamente com os Programas dos anos 20, na 4.ª classe os alunos dominarão um número considerável de conteúdos gramaticais.

As “Instruções” também são bastante mais detalhadas, distinguindo os principais objectivos da disciplina – bem compreender, bem falar, bem escrever –, indicando as principais tarefas a levar a cabo pelo professor para os cumprir. São dadas indicações metodológicas (correlação leitura-escrita, posição do corpo e da caneta para produzir uma caligrafia bonita, o papel da inteligência em detrimento da memória, proposta de temas de escrita diversificados e interdisciplinares), nomeadamente o percurso a seguir no ensino da gramática (“o ensino da gramática nunca partirá de definições e nenhuma definição a que a experiência venha a conduzir será dada como fórmula invariável...”), bem como os seus domínios (com predomínio da Sintaxe) e conteúdos. A língua será estudada na sua dimensão “funcional”.

6. 1968 - Programas do Ensino Primário

Antecedido pela Portaria n.º 23 485, o Programa de Língua Portuguesa retoma a estrutura dos Programas de Ensino Liceal de 1948 (breves parágrafos alusivos aos conteúdos e domínios a abordar) e “Observações” finais.

Praticamente igual ao Programa de 1960, só se verificam ligeiras mudanças em relação à abordagem de alguns conteúdos linguísticos – noção de sujeito e predicado mas “apenas com verbos de acção”, “flexão pronominal e verbal”, o nome predicativo do sujeito “só com os verbos ser e estar e “tempos compostos”. As “Observações” são iguais. Um ano depois da publicação da Nomenclatura Gramatical Portuguesa, o programa refere que a terminologia a usar “será unicamente a do Programa e das Observações.”

7. 1978 – Programa do Ensino Primário

A estrutura deste Programa demarca-se claramente das anteriores. Constituído por uma “Introdução” que dá conta do trabalho prévio à elaboração do novo documento orientador, divide-se em “Objectivos Gerais do Ensino Primário”, “Objectivos Metodológicos”, Objectivos Programáticos e “Comportamentos Científicos”.

De carácter geral, alguns dos objectivos metodológicos, transversais a todas as disciplinas, prendem-se sobretudo com a disciplina de Língua Portuguesa:

- «X - Fazer transformações variando elementos (a cor, o lugar, o ponto de vista, o tempo o sujeito, o agente, etc.).
- XIV - Comunicar, através de técnicas e linguagens diversas, resultados de observações, experiências, investigações, estudos, invenções e criações.
- XV - Expressar, sem receio, as suas opiniões, sentimentos e juízos críticos.»

Os domínios elencados são a Linguagem Oral, a Leitura, a Escrita e o Trabalho sobre o texto, dividindo-se cada um deles em subespecificações. Veja-se um exemplo:

- 1.1 - Formas de comunicação oral
- 1.2 - Expressão oral e criatividade
- 1.3 - Linguagem e situação
(...)

Cada uma destas alíneas tem ainda associada uma lista de “comportamentos científicos”. Vejamos, a título ilustrativo, alguns dos que estão ligados à escrita:

- 4.1 - Técnica da produção escrita
 - 4.1.1 - Dominar os grafismos da escrita
 - 4.1.2 - Escrever de maneira legível.
 - 4.1.3 - Utilizar as letras maiúsculas
(...)

Por este Programa perpassa já uma preocupação em delinear as “metas a atingir no final do Ensino Primário”, em articulação com os vários “graus de ensino”.

8. 1979 - Programas do Ensino Primário, Preparatório (1.º ano) e Secundário (7.º e 8.º anos)

Os conteúdos programáticos são antecidos por uma nota introdutória na qual se refere que o objectivo fundamental do programa de Português, língua materna, é o desenvolvimento da competência comunicativa.

Não obstante, a língua apresenta-se “simultaneamente como objecto e instrumento de estudo, pelo que se procurou conferir-lhe o indispensável tratamento científico”, mediante a adopção da nomenclatura definida na portaria do Ministério da Educação Nacional (Nomenclatura Nacional Portuguesa, Diário do Governo, 1.ª série, de 28 de Abril de 1967), “excepto na designação atribuída às classes do determinantes”. Refere-se ainda que foram acrescentados “alguns termos novos para classificar factos linguísticos que aquela portaria não contemplava”; a teoria linguística adoptada “situa-se numa perspectiva pós-saussuriana”.

Salienta-se a importância de “o estudo científico da língua materna ser praticado sempre em situação textual”, assim como de a composição escrita dever “ser praticada constantemente”.

Os conteúdos programáticos subdividem-se em seis pontos, designadamente:

- 0 - A comunicação
- 1 - A linguagem verbal
- 2 - A frase nuclear declarativa
- 3 - O texto narrativo
- 4 - O texto dramático
- 5 - Outras formas de texto

A estes conteúdos estão associadas “metas de aprendizagem”, como “interpretar um acto comunicativo”, “analisar a palavra em unidades de som”, “conhecer as funções sintácticas dos constituintes da frase”, “conhecer alguns géneros narrativos”, “reconhecer o processo dramático”, “conhecer e praticar textos utilitários”. Os “resultados de aprendizagem” associados às metas acima enunciadas são, respectivamente, e a título de exemplo: “parafraseia uma mensagem”, “identifica a sílaba na palavra; executa correctamente a translineação”; “identifica o sujeito; nomeia-o”; “identifica conto, fábula, lenda, romance popular, anedota, reportagem e notícia”; “identifica o texto dramático; distingue-o do texto não dramático”; “identifica carta, telegrama, relatório”.

Não se estabelece, neste documento, qualquer divisão de conteúdos para o ensino primário, preparatório ou secundário. A Portaria n.º 574/79, de 31 de Outubro, viria clarificar quais os conteúdos programáticos a leccionar nos 7.º e 8.º anos, fornecendo ainda uma sugestão de núcleos temáticos em torno dos quais se estruturariam as unidades didácticas, bem como uma lista de obras de autores, da qual se seleccionariam “uma ou duas para realização das actividades previstas”. A lista de obras compreende autores portugueses contemporâneos, para o 7.º ano, incluindo, no 8.º ano, Herculano, Camilo e Eça, assim como autores estrangeiros, designadamente, Graciliano Ramos, Selma Lagerlöf e Truman Capote.

8.1. Programas de Português do Curso Complementar do Ensino Liceal (1978-79)

No seguimento das orientações preconizadas no Decreto-Lei n.º 558/76, de 16 de Julho, estipulando a redução da disciplina de Português para três horas lectivas semanais para os alunos que se destinavam a cursos de índole científica, procedeu-se a adaptações no programa, “por forma a garantir-se a sua exequibilidade”⁵. Neste contexto, os programas de Português do Curso Complementar do Ensino Liceal dividem-se em dois, segundo o número de horas lectivas semanais, nomeadamente, Esquema Programático I (para alunos com quatro horas semanais) e Esquema Programático II (para alunos com três horas semanais).

À semelhança do ciclo anterior, são finalidades prioritárias “aprender a ler e cultivar o gosto pela leitura”, sendo, por este motivo, a análise de texto “a actividade nuclear do estudo da língua e da literatura portuguesas”, com vista ao desenvolvimento do espírito crítico e da capacidade criativa.

⁵ O Programa da Disciplina de Português do Curso Complementar do Ensino Liceal para o ano lectivo de 1976/1977 correspondia, quase integralmente, ao Esquema Programático I.

O Esquema Programático I, relativo ao 1.º ano, inicia-se com a “Introdução ao Estudo do Texto Literário”, conteúdo comum ao Esquema Programático II. Passa-se, seguidamente, à análise de texto, desde a época medieval (com especial incidência na poesia trovadoresca e na prosa literária, designadamente *A Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes), até à época clássica (com o estudo de textos escolhidos de *Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro, de obras vicentinas visando a crítica social ou de temática alegórica moral e religiosa ou profana, de textos do *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende de índole heróica, de estâncias significativas de *Os Lusíadas*, de Camões, a par de redondilhas, sonetos e de uma canção do mesmo autor).

O Esquema Programático I relativo ao 2.º ano inclui o estudo de textos poéticos e em prosa desde o período barroco até à época contemporânea.

O Esquema Programático II é semelhante, embora alguns textos e autores não estejam incluídos, em virtude de a carga horária semanal ser menor.

Ambos os programas são acompanhados por uma proposta de distribuição da matéria por tempos lectivos.

8.2. Programas da disciplina de Português dos 10.º e 11.º anos do curso complementar – Área D (1979)

Os programas incluem uma introdução, na qual se sublinha que a docência da disciplina de Português na área de estudos humanísticos (área D) deve concorrer para a abolição do “tradicional antagonismo entre arte e ciência”, assim como de “agressividades” tais com as habitualmente vividas entre os chamados domínios das ciências, das técnicas e das artes», pelo que o discente desta e de qualquer outra área de estudos, ultrapassando “agressividades” e “maniqueísmos”, deverá ser capaz “de se orientar num sentido integral de cultura, saber e fazer humanos”.

Segue-se um conjunto de objectivos gerais e específicos (nos quais a promoção da leitura e da criação artística assume um lugar primordial, numa concepção de desenvolvimento integral da personalidade), bem como de indicações metodológicas, centradas, sobretudo, na análise de textos como tarefa primordial da disciplina, dando destaque à leitura valorativa ou crítica.

Os conteúdos programáticos contêm notas introdutórias a dois grandes domínios: o estudo do texto linguístico (que compreende os seguintes pontos: 1. Linguística; 2. Gramática e gramáticas; 3. Linguagem e comunicação; 4. Léxico e vocabulário; 5. Linguagem e pensamento) e o estudo do texto literário, norteado por dois vectores: a abordagem teórica, mediante a análise de paradigmas de abordagem do texto (historicista, formalista, etc.); e a leitura, enquanto propiciadora de diferentes níveis de análise.

Encontramos igualmente uma listagem detalhada dos textos e excertos de obras a estudar ao longo do 10.º e do 11.º anos, por época e por género, acompanhada de uma proposta de distribuição da matéria por tempos lectivos.

Publica-se ainda uma lista de bibliografia fundamental e de material audiovisual.

Em “Notas Finais”, refere-se o enquadramento legal que estipula a criação “dos novos cursos complementares em 1978-79”, salientando a distinção entre as áreas A, B, C e E e a área D, “que no ano escolar de 1978-79 tinha, no 10.º ano, uma disciplina de Português (Formação Geral), com três horas semanais, e uma disciplina de Literatura Portuguesa (Formação Específica) também com três horas semanais, passa a incluir, nos 10.º e 11.º anos, a disciplina de Português (Formação Geral) com cinco horas semanais.”

9. 1980 – Programas de Língua Portuguesa

Este Programa reestrutura o documento que estava em vigor desde 1975/76, com vista à clarificação de actividades, objectivos e temas.⁶

O Programa organiza-se em torno dos seguintes pontos: Introdução, Temas, Objectivos e Desenvolvimento do Programa. Faz-se desde logo uma salvaguarda relativamente ao Funcionamento da Língua: afastamento da tendência para “abordar a língua como objecto de estudo que em muitos aspectos se afaste visivelmente de uma gramática feita de definições e aplicação de regras de funcionamento memorizadas.” É neste domínio que o Programa apresenta maiores contributos, propondo como actividades os testes sintácticos ou a manipulação de dados, fomentando o espírito da aprendizagem pela descoberta. Os autores partem de frases concretas para exemplificarem as actividades:

- Redução (encurtamento) do grupo nominal.

Ex: Um cavalo cinzento pasta na relva.

- * Um ////////// cinzento pasta na relva.

Um cavalo /////////////// pasta na relva.

- * // cavalo cinzento pasta na relva.

No Desenvolvimento do Programa, aparecem o Tema, os Objectivos Específicos e as Sugestões de Actividades.

A par disso, apresenta-se uma visão panorâmica dessas informações, perspectivada para os quatro anos.

10. 1991 - Organização curricular e Programas

Os programas de 1991 surgem no contexto da Reforma consignada no Decreto-lei n.º 286/89 de 29 de Agosto. Neste Decreto-lei é assumida a valorização do ensino da língua portuguesa “como matriz de identidade e como suporte de aquisições múltiplas”. A língua enquanto transversal a todo o currículo é também o primeiro número do artigo “Formações transdisciplinares”: constituem formações transdisciplinares a formação pessoal e social, nos termos do artigo 7.º, a valorização da dimensão humana do trabalho e o domínio da língua materna. À disciplina de Língua Portuguesa são atribuídas cinco horas no 2.º ciclo e quatro horas no 3.º ciclo. No ensino secundário, a disciplina chama-se Português e são-lhe conferidas três horas semanais.

⁶ Entende-se por “temas” a Expressão Oral, o Vocabulário, a Expressão Escrita, a Leitura e o Funcionamento da Língua.

10.1. 1.º ciclo

Para além da apresentação dos princípios orientadores do programa, que passam pelo reconhecimento da “língua materna como o elemento mediador que permite a nossa identificação, a comunicação com os outros e a descoberta e compreensão do mundo que nos rodeia” e pela advertência de que os vários domínios pressupõem “uma prática integrada”, são apresentados 14 objectivos gerais, dos quais se destacam quatro:

1. Utilizar a língua como instrumento de aprendizagem e de planificação de actividades (discussões, debates, leituras, notas, resumos, esquemas).
2. Produzir textos escritos com intenções comunicativas diversificadas.
3. Utilizar a leitura com finalidades diversas (prazer e divertimento, fonte de informação, de aprendizagem e de enriquecimento da língua).
4. Descobrir aspectos fundamentais da estrutura e do funcionamento da língua, a partir de situações de uso.

O programa é organizado por blocos:

Bloco 1 – Comunicação oral: “o prazer de comunicar com os outros”

São formulados três objectivos para o 1.º ano, que serão retomados nos anos seguintes, com as respectivas subespecificações:

1. Comunicar oralmente, com progressiva autonomia e clareza
2. Desenvolver a capacidade de retenção da informação oral
3. Criar o gosto pela recolha de produções do património literário oral

Bloco 2 – Comunicação escrita: “é preciso que a prática da escrita e da leitura esteja associada a situações de prazer e de reforço da autoconfiança”; “a descoberta do prazer de escrever e de ler”

Tal como para o Bloco 1, formulam-se três objectivos e respectivas subespecificações, designadamente:

1. Desenvolver o gosto pela escrita e pela leitura
2. Desenvolver as competências de escrita e de leitura
3. Utilizar técnicas de recolha e de organização da informação

Bloco 3 – Funcionamento da língua, análise e reflexão: “que os alunos experimentem, explorem, funcional e ludicamente, várias formas diferentes de dizer as mesmas coisas”

A mobilização do conhecimento sobre o funcionamento da língua é entendida numa perspectiva funcional, de análise e reflexão, mas não de domínio de metalinguagem: “não se espera que, durante este ciclo, os alunos venham a dominar a nomenclatura correspondente a todo o trabalho realizado. A consolidação desse trabalho de memorização será realizada ao longo do 2.º ciclo do ensino Básico.”

Este bloco consigna-se apenas aos 3.º e 4.º anos, norteados pelo objectivo de “descobrir aspectos fundamentais da estrutura e do funcionamento da língua a partir de situações de uso”.

Em geral, verifica-se uma certa indistinção entre objectivos e actividades, como, por exemplo:

- Distinguir sons vocálicos e consonânticos;
- Comparar onomatopeias com sons que imitam ou sugerem;
- Inventar onomatopeias.

10.2. 2.º ciclo

Na introdução da Organização curricular e Programas é declarada a preocupação com a objectividade formal dos textos programáticos e com a sua “unidade e congruência”.

Os Programas são acompanhados de um II volume – o Plano de Organização de Ensino-Aprendizagem, documento que, pelas suas indicações metodológicas, acaba por funcionar como referencial da disciplina para os professores, frequentemente confundido com o próprio programa.

No I volume, faz-se uma apresentação da organização curricular do ensino básico e surgem depois indicações genéricas relativas a cada programa, distribuídas por Introdução, Finalidades, Objectivos gerais, Conteúdos (Ouvir/ Falar, Ler e Escrever⁷), Orientação metodológica e Avaliação.

O II volume apresenta processos de operacionalização dos conteúdos, assim como um conjunto de indicações metodológicas e de sugestões bibliográficas, que visam “complementar os programas base com instrumentos que orientem de forma mais precisa o processo de ensino-aprendizagem”.⁸

Retomando os objectivos gerais enunciados no I volume, cada domínio é organizado sob a forma de tabela em conteúdos e processos de operacionalização.

As *Indicações metodológicas* são praticamente iguais às que constam no I volume. Esta parte reveste-se de particular importância, porque contém informações relativas à gestão do programa, salientando-se a importância do “levantamento dos saberes, interesses e necessidades dos alunos”, e da partilha de responsabilidades e de decisões entre alunos e professor. No II volume surgem ainda algumas páginas dedicadas a Aspectos específicos da didáctica da Língua Portuguesa, que enquadram o papel do professor na mediação das aprendizagens: “a intencionalidade e adequação comunicativas aperfeiçoam-se principalmente no uso, tornando-se inibidoras as interrupções com a finalidade de corrigir. Quando o professor verificar a persistência de determinada inadequação, deverá criar uma situação experimental ou um exercício que permitam uma reflexão sobre a dificuldade a ultrapassar”.

Da mesma forma, os referenciais para a construção de instrumentos de avaliação em língua materna correspondem, no programa, ao capítulo Avaliação, que define “princípios⁹, a descrição do processo e o objecto da avaliação”, co-responsabilizando discentes e professor e destacando a necessidade de criar informações precisas destinadas aos alunos (e encarregados de educação).

⁷ *O Funcionamento da língua – Análise e Reflexão* assume uma dimensão transversal em relação ao Ouvir/ Falar, Ler e Escrever.

⁸ *Organização Curricular e Programas – Ensino Básico, 2.º ciclo*, DEB-ME, 1991.

⁹ Perspectivados num processo de ensino-aprendizagem, têm em conta “o desenvolvimento global progressivo” e o “aperfeiçoamento do aluno”, numa função “reguladora” que deve:

- prever e mobilizar oportunamente, recursos pedagógico-didácticos para uma recuperação eficaz;
- basear-se na prática sistemática de formas de auto e hetero-avaliação que permitam descrever o processo de aprendizagem.”

Os referenciais contemplam cada um dos domínios – ouvir/falar, ler, escrever e funcionamento da língua – e têm em vista “a construção dos instrumentos de observação”, como o que a seguir se transcreve:

Comunicação oral regulada por técnicas:

Respeito por normas reguladoras da comunicação oral requeridas pelas diversas situações ou técnicas (troca de impressões, debate, exposição, entrevista):

- ouvir sem interromper
- ter em conta as ideias dos outros
- intervir oportunamente
- utilizar equilibradamente o tempo disponível
- interessar os interlocutores

10.3. 3.º ciclo

A Introdução e as Finalidades da disciplina delineadas no I volume são iguais às do 2.º ciclo. Quanto aos Objectivos, verificam-se algumas reformulações que apontam para o desenvolvimento e aprofundamento das competências adquiridas no ciclo anterior. O programa é apresentado de acordo com o princípio da progressão, o que justificará a repetição de objectivos, conteúdos e processos, mas, como se constará pela consulta do documento, nem sempre a progressão se consegue afastar da repetição.

Aparecem pela primeira vez três objectivos relacionados com o desenvolvimento de capacidades críticas e com a expressão de leituras individuais:

- “- Aprender criticamente o significado e a intencionalidade de mensagens veiculadas em discursos variados.
- Expressar as reacções subjectivas de leitor nos actos de recitar, recriar ou dramatizar.
- Interpretar linguagens de natureza icónica e simbólica.”

Tal como é referido no Plano do Ensino-Aprendizagem, os conteúdos nucleares comuns aos 2.º e 3.º ciclos não poderão ser “tratados como unidades estanques”. Este II volume segue, com as devidas especificidades, o Plano do 2.º ciclo.

Não perdendo de vista a noção de que os programas para estes cinco anos de escolaridade “pressupõem o desenho de um currículo em espiral, que repete e alarga progressivamente conteúdos e processos de operacionalização”, assume-se a opção pela reflexão sobre o funcionamento da língua enquanto transversal, que “acompanhe e favoreça o desenvolvimento das competências dos alunos nos três domínios”. Os objectivos por domínio são redigidos sobre a mesma base comum aos dois ciclos, mas tendo por referência o estágio de desenvolvimento dos alunos.

No 3.º ciclo, a competência de leitura ganha foros de maior articulação com outros domínios¹⁰ e linguagens (icónica e simbólica).

Na lista de obras para leitura orientada figuram, em diálogo com a disciplina de História, *Aldeia Nova* de Manuel da Fonseca, os *Contos de Eça de Queirós* e *A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, uma adaptação de Aquilino Ribeiro.

¹⁰ Veja-se o terceiro objectivo traçado para esta competência:

- Desenvolver a competência de leitura: interagir com o universo textual, a partir da sua competência linguística;

Na escrita, o aluno deverá “produzir textos que revelem a tomada de consciência de diferentes modelos de escrita”, acentuando-se no 9.º ano a complexidade da tarefa com a elaboração de “texto de opinião”, “crítica”, “carta de reclamação” e “exposição”.

No que toca ao funcionamento da língua, os objectivos são iguais nos dois ciclos, variando os conteúdos a estudar e a explicitar.

A diferença mais significativa entre os programas dos dois ciclos encontra-se no *Peso relativo dos conteúdos nucleares*, embora, na gestão global o esquema se mantenha inalterável. Na comunicação oral, a expressão verbal em interacção sofre uma redução no 3.º ciclo, ao passo que, na leitura, a modalidade de leitura orientada adquire maior importância.

10.4. Ensino Secundário

Na nota introdutória especificam-se as finalidades e os objectivos da disciplina de Português, visando privilegiar diferentes domínios de comunicação, assim como áreas de compreensão e de expressão.

Neste contexto, os conteúdos encontram-se organizados nos seguintes blocos:

- tratamento da informação
- compreensão/ expressão oral
- leitura
- escrita
- funcionamento da língua

O tratamento da informação implica a pesquisa e o registo prévios.

Para a compreensão/ expressão oral, propõe-se que o processo de ensino-aprendizagem fomente “uma atitude crítica e criativa na compreensão/ expressão de enunciados orais, o que pressupõe a rejeição liminar do discurso pedagógico autoritário (...) e exige a disciplina de intervenção”.

Em relação ao bloco da leitura, propõe-se:

- uma temática organizadora das leituras para os três anos do ensino secundário
- uma distribuição de leituras extensivas e metódicas
- uma lista de autores e das respectivas obras a abordar em cada ano, distribuída pela narrativa, pelo teatro, pelo texto argumentativo, e pela literatura estrangeira

O bloco da escrita integra as seguintes divisões:

- I – Construção do texto
- II – Escrita expressiva e criativa
- III – Escrita para apropriação de técnicas e modelos

Quanto ao funcionamento da língua, “o programa do Ensino Secundário retoma aspectos já introduzidos anteriormente para proceder ao seu aprofundamento e sistematização”. Este bloco subdivide-se em:

- Comunicação, linguagem, discurso
- Fonética
- Léxico
- História das palavras
- Morfologia

- Semântica
- Sintaxe
- Ortografia e acentuação
- Pontuação

A avaliação da disciplina compreende três modalidades: a diagnóstica inicial, a sumativa no final de cada unidade pedagógica e a contínua.

Em 1996, são publicadas as *Orientações de Gestão de Programas* para a disciplina de Português A e de Português B (10.º, 11.º e 12.º anos), para “alunos que ingressam no 10.º ano em 1996/97”. Trata-se de uma proposta de planificação dos conteúdos programáticos (abordados numa sequência diacrónica), com indicações metodológicas, sugestões de leituras e de actividades, assim como de gestão temporal, visando “a delimitação mais precisa dos conteúdos essenciais”, a qual se revelará também “facilitadora de uma equidade acrescida face a exames de âmbito nacional.” Este conjunto de indicações visa igualmente “proporcionar um efectivo apoio à gestão do programa – principalmente àqueles que apresentam um carácter inovador nos temas e práticas propostos ou cariz acentuadamente generalista – destinando-se, antes de mais, aos professores menos experientes ou com menos recursos disponibilizados na sua apropriação.”

As *Orientações* de 1996 aprofundam e corrigem a intervenção iniciada no ano escolar anterior, reformuladas com base em “dados propiciados pelo acompanhamento do impacto das O.G.P. nas práticas escolares em cada disciplina e pela respectiva avaliação junto de escolas e outras entidades, realizada através de questionário especificamente elaborado.”

Sublinha-se a noção de estes documentos serem apenas “uma proposta, que mais não pretende ser do que um dos caminhos possíveis” a tomar pelo professor, pelo que se preconiza uma gestão flexível do programa. Datam de 1998 os *Objectivos e Conteúdos Essenciais – Português A e B – 10.º ano*, a *Lista de Leituras Metódicas e Obrigatórias* (com a proposta de planificação anual de Português A e Português B – 11.º ano) e os *Objectivos e Conteúdos Essenciais de Português A e B – 12.º ano*, na linha das *Orientações* de 1996, incluindo ainda indicações precisas sobre a avaliação diagnóstica, bem como sobre os materiais a utilizar.

11. 2001 – Currículo nacional

11.1. Currículo Nacional do Ensino Básico (CNEB) – Competências essenciais

O CNEB apresenta o conjunto de competências consideradas essenciais nas várias áreas disciplinares. No caso da Língua Portuguesa, são estabelecidas metas a atingir no fim da educação básica e apresentam-se formas de operacionalização como disciplina transversal.

No que diz respeito às competências específicas, a disciplina de Língua Portuguesa é organizada em função de cinco competências: compreensão oral, expressão oral, leitura, expressão escrita e conhecimento explícito, ao contrário dos programas de 1991, que apresentavam a organização em função de três domínios (ouvir/ falar, ler, escrever).

O CNEB define metas de desenvolvimento por ciclo de ensino, “e não por ano de escolaridade”, para cada uma das competências específicas. Além disso, apresenta-as, sob a forma de tabela, insistindo no princípio da evolução das aprendizagens ao longo dos três ciclos. São ainda elencadas algumas experiências de aprendizagem.

O documento remete para *A Língua Materna na Educação Básica*, mais completo no que se refere à especificação dos desempenhos esperados.

11.2. A Língua Materna na Educação Básica. Competências Nucleares e Níveis de Desempenho (LMEB)

Trata-se de um “instrumento de trabalho, ponto de apoio à prática dos professores”, que dá conta dos últimos avanços das ciências da cognição e que apresenta os níveis essenciais de desempenho a atingir no final de cada um dos ciclos do ensino básico numa lógica de progressão. O documento “deve ser encarado como uma proposta de concretização dos objectivos e necessidades da educação básica”, reportando-se à Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Resposta às Necessidades de educação Básica (UNICEF, UNESCO, 1990). Não se pretende apresentar um programa disciplinar, mas antes um estudo que contribua para o desenvolvimento curricular e para a formação de professores.

O conceito de “mestria linguística” é apresentado como estruturante, sendo dedicado um capítulo aos pressupostos teóricos na base deste conceito. Para além de “meta-objectivos”, são apresentadas as competências nucleares, os conteúdos e os níveis de desempenho a atingir no final de cada ciclo (capítulo 4).

Os objectivos de desenvolvimento apresentados por ciclo de ensino e por competências (as mesmas a que o CNEB recorre na estruturação da disciplina de Língua Portuguesa) são mais especificados do que os definidos pelo CNEB, para além de serem acompanhados de tipos de actividades que permitirão atingir estes objectivos.



Quadro síntese dos documentos orientadores

Tipo de documento	Data	Objectivos da reforma ou publicação do documento
Programas do Ensino Primário Geral	1921	<ul style="list-style-type: none">· Revogar os programas de 1919
Ensino Liceal – Reforma dos estudos e respectivos programas	1936	<ul style="list-style-type: none">· Acabar com a distinção entre curso geral e curso complementar· Pôr termo à “bifurcação do ensino em letras e ciências”· Adoptar um regime de estudos por disciplina· Construir uma nova experiência pedagógica· Desburocratizar o ensino
Ensino Primário – Proposta de lei	1937	<ul style="list-style-type: none">· Dar satisfação prática às necessidades nacionais da educação popular
Programas das disciplinas do ensino liceal	1948	<ul style="list-style-type: none">· Promover uma maior adequação didáctica
Programas do Ensino Primário	1960	<ul style="list-style-type: none">· Coordenar e actualizar as matérias do ensino primário
Programas do Ensino Primário	1968	<ul style="list-style-type: none">· Introduzir as modificações aconselhadas pela criação do ensino complementar do ensino primário
Programas do Ensino Primário	1978	<ul style="list-style-type: none">· Estimular o esforço para a efectivação de projectos pedagógicos adequados às exigências do desenvolvimento global das crianças no mundo de hoje e no País que construímos
Programas do Ensino Primário Preparatório (1.º ano) Secundário (7.º e 8.º anos)	1979	<ul style="list-style-type: none">· Desenvolver a competência comunicativa· Perspectivar a língua como objecto e instrumento de estudo com carácter científico· Articular a língua com as diferentes disciplinas curriculares
Programas de Português do Curso Complementar do Ensino Liceal	1978/ 1979	<ul style="list-style-type: none">· Ajustar os programas à carga horária da disciplina para os cursos de índole científica
Programas da disciplina de Português dos 10.º e 11.º anos do curso complementar – Área D	1979	<ul style="list-style-type: none">· Abolir o tradicional antagonismo entre arte e ciência· Orientar a aprendizagem dos docentes no sentido do desenvolvimento integral da personalidade, sendo fundamentais objectivos como “cultivar o gosto pela leitura, ensinando a ler” e “fomentar a expressão livre e o sentido

Programa de Língua Portuguesa	1980	<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturar o programa em vigor desde 1975/76; • Servir de instrumento orientador da acção pedagógica dos professores
Programas do Ensino Básico	1991	<ul style="list-style-type: none"> • Ver reformuladas a relação pedagógica e a metodologia do processo de ensino-aprendizagem relativamente aos padrões tradicionais
Programa de Português do Ensino Secundário (10.º - 12.º anos)	1991	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o desenvolvimento integrado das competências comunicativas e linguísticas, sempre a partir de situações de uso e tendo em vista o melhoramento, correcção ou desenvolvimento da própria competência comunicativa
A Língua Materna na Educação Básica "proposta de concretização dos objectivos e necessidades da educação básica (...) relativamente à área curricular da língua materna."	1997	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a área do desenvolvimento curricular no domínio da língua materna e para a formação inicial e contínua de professores
Currículo Nacional do Ensino Básico (enquadrando os programas escolares em vigor, constitui também um guia à luz do qual se procederá a uma reformulação geral desses programas)	2001	<ul style="list-style-type: none"> • Constituir uma referência nacional para o trabalho de formulação e desenvolvimento dos projectos curriculares de escola e de turma • Contribuir para a construção de uma concepção de currículo mais aberta e abrangente • Produzir uma publicação que contemplasse as competências gerais a desenvolver ao longo do ensino

IV Conclusões

Os programas de 1921 apresentam apenas breves indicações sobre domínios a exercitar, por disciplina, sem distinguirem conteúdos de métodos ou de actividades. As “Instruções” finais são igualmente genéricas, retomando aspectos elencados anteriormente.

Os programas de 1936 e de 1948 aparecem igualmente sob a forma de guias por disciplina e por ciclo de ensino, contemplando quer os conteúdos literários e linguísticos a estudar, quer indicações de natureza pedagógica e metodológica. Tanto um como outro são pautados por directrizes prescritivas e recomendações direccionais. Já as recomendações para o ensino primário, datadas de 1937, aparecem num formato diferente, dado que propõem orientações para o combate ao analfabetismo e para a articulação entre ensino primário e secundário, mais do que conteúdos programáticos específicos das disciplinas.

O programa de 1960 mantém a estrutura dos programas dos anos 20, assinalando-se como principais diferenças o maior detalhe na indicação de conteúdos a trabalhar com os alunos, bem como nas tarefas que os professores deverão levar a cabo em sala de aula e nas indicações metodológicas. O detalhe é aprofundado relativamente aos conteúdos de gramática a estudar, no texto programático de 1968.

No pólo oposto quanto ao formato e à flexibilidade curricular, os programas de 1979 disponibilizam ao docente uma listagem de objectivos gerais, transversais às várias disciplinas do currículo, para os quais são formulados diversos objectivos no âmbito da disciplina de Português. A lista de conteúdos apresentada não delimita conteúdos por ciclo nem ano de escolaridade, indistinção colmatada posteriormente em Portaria, através de um quadro de desenvolvimento programático que inclui “objectivos”, “conteúdos programáticos” e “sugestões de actividades e meios”.

Por sua vez, os programas de 1991 pautam-se por uma “relativa abertura” e por uma flexibilidade que vá ao encontro das diversas necessidades dos alunos e das “condições específicas das turmas e das escolas”. São disponibilizados dois documentos complementares de apoio ao docente, a *Organização Curricular e Programas* e o *Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem*, onde figuram os conteúdos e os processos de operacionalização, por ano de escolaridade.

Bastante marcados pelo regime, os documentos de 1936 e de 1948 reflectem o peso dos valores morais e nacionalistas na educação. Por outro lado, veiculam a ideia de que compete à escola formar cidadãos com uma cultura geral ampla e com sólidos princípios de vida. Uma análise destes programas à luz dos paradigmas do ensino da língua materna, caracterizados por Piet Hein Van de Ven¹¹, permitirá inscrevê-los no *paradigma académico*, que remonta ao século XIX e que perspectiva a língua como “língua escrita”, destinada a ensinar aspectos da gramática e à apropriação de modelos literários. Como se fosse pensado à medida da realidade portuguesa, que vê na leitura um meio de “gerar no espírito dos alunos o amor pátrio e o orgulho de ser português”, o autor confirma que, segundo esta concepção, “o objectivo do ensino da língua é o uso correcto da língua nacional, que possui, em si mesma, um valor importante. Por sua vez, o ensino da literatura serve tanto a herança cultural nacional, como uma sociabilização moralmente sensata”.

¹¹ AAVV, *Língua de escolarização – estudo comparativo*, Lisboa, DGIDC – ME, 2008.

Em ambos os programas, entende-se que a aula de língua portuguesa deve explorar os domínios da leitura e da expressão oral e escrita ¹², embora se verifique uma preponderância da leitura sobre os outros domínios. Ainda que a gramática deva servir de suporte ¹³, a referência à leitura é constante, dando a entender que é prioritária, quer na criação de um estilo pessoal e na apropriação de bons modelos, quer no cultivo do gosto de ler, em especial pelo contacto com um acervo de obras que, pelo seu valor paradigmático, sustente a formação estética e moral dos alunos.

Os textos programáticos de 1960 antecipam já uma mudança, ao pretenderem responder à evolução social e ao destacarem a importância da inteligência, e detrimento da memória. No entanto, é só em 1979 que se verificam mudanças significativas: estes programas podem ser categorizados no *paradigma comunicativo*, tal como é apresentado por Van de Ven, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento da competência comunicativa e à relevância dada à “língua natural como o mais rico dos sistemas semióticos”. Postula-se um currículo aberto e em estreita relação com a sociedade, o que pressupõe uma gestão flexível da parte do professor, o qual dispõe de “liberdade de programar as actividades multidisciplinares em coordenação com os professores das outras disciplinas, tendo em conta as necessidades e os interesses dos alunos.”

A língua materna reveste-se, também pela primeira vez, de um carácter científico; define-se o seu objecto de estudo, o qual não só é reforçado pela adopção da Nomenclatura de 1967¹⁴ como também se alicerça numa perspectiva pós-saussuriana. Neste sentido, a escrita compositiva, praticada regularmente, constitui um meio privilegiado para o estudo da gramática da frase, bem como a leitura, em especial do texto dramático.

A competência da oralidade, por sua vez, começa a ganhar projecção, mas apenas no ensino secundário, pois a partir da análise de textos dever-se-á incentivar, entre outras, “a comunicação por via oral” e “o debate”.

Embora o domínio ouvir/falar surja a par do ler e do escrever nos programas em 1991, o seu peso relativo é claramente inferior, sendo que, apenas em 2001, com o CNEB, a oralidade surge como competência autónoma, subdividindo-se em compreensão oral e expressão oral. A ênfase dada à oralidade está relacionada com o *paradigma comunicativo*, que influenciará, juntamente com o *utilitário*, os textos programáticos da década de 90.

Contudo, é nos programas de 1979 que este paradigma é mais evidente, de acordo com a perspectiva que Van de Ven apresenta, na medida em que a língua é vista como um todo, “pelo que o treino das competências [de leitura e de escrita] se faz pela leitura integral de textos”. Nas indicações metodológicas do programa da Área D, refere-se ainda a presença de uma introdução ao estudo do texto linguístico e do texto literário, pois “sabendo-se como se sabe, que o texto linguístico é suporte do texto literário, são indispensáveis algumas relações entre a língua como instrumento de comunicação e o texto literário.” Daí a importância conferida ao estudo do texto utilitário, conteúdo que figura, pela primeira vez, nos programas. Neste contexto, preconiza-se o desenvolvimento integrado das competências linguística e comunicativa, de leitura e de escrita.

¹² “O ensino da língua portuguesa neste ciclo deverá ser feito de maneira que não só suscite no aluno a capacidade de a ler e falar com correcção, habilitando-o a alcançar a compreensão dos textos lidos e a sentir o prazer da boa leitura, mas provoque ainda o necessário esforço para a expressão clara e correcta do seu pensamento em forma escrita”.

¹³ “O estudo da gramática será feito segundo a ordem exigida para a melhor inteligência dos textos, e sempre por processo indutivo, servindo de base exemplos tirados dos textos e outros preparados pelo professor.”

¹⁴ *Nomenclatura Gramatical Portuguesa, texto oficial e trabalhos preparatórios*, Coimbra, MEN, 1967.

À semelhança do que já fora defendido nos programas de 1936 e de 1948, promove-se a valorização e o respeito pela língua portuguesa, que constitui um “factor de identidade nacional e [de] coesão supranacional”. Enquanto veículo de comunicação, de conhecimento e de cultura, a língua proporciona “o diálogo com obras do passado e do presente”, fomenta a capacidade de “analisar criticamente informações do quotidiano pessoal, local, nacional e internacional”, assim com de “agir sobre a realidade circundante”, facultando ao aluno “os meios e os instrumentos para construir a sua identidade e a sua relação com o mundo”.

Já nos programas de 1991, é assumida a valorização do ensino da língua portuguesa “como matriz de identidade e como suporte de aquisições múltiplas”, sendo por isso transversal a todo o currículo. A língua materna é entendida como “o elemento mediador que permite a nossa identificação, a comunicação com os outros e a descoberta e compreensão do mundo que nos rodeia”. Destaca-se a importância dada à “actualização permanente de conhecimentos”, aspectos que incitam ao desenvolvimento de processos de “aprender a aprender”.

Relativamente ao cânone literário instituído pelos vários textos programáticos, verifica-se que há uma constância na escolha de autores como Gil Vicente, Camões, Padre António Vieira, Bocage ou Garrett, a partir do ensino liceal.

Nos programas mais antigos, opta-se por adiar a perspectiva diacrónica da literatura para os 6.º e 7.º anos (actuais 10.º e 11.º anos), altura em que os alunos já possuem maior maturidade intelectual. Nos programas de 1979, a perspectiva é claramente diacrónica, com predominância do estudo de autores do século XX, no 7.º ano (actual 10.º ano), recuando-se ao século XIX, no 8.º ano, mediante o estudo de textos de Herculano, de Camilo e de Eça. A História da Literatura, da Idade Média à contemporaneidade, é reservada para os programas da Área D, dos cursos complementares.

Nos programas de 1991, com um cânone variado, prevalecem os autores do século XIX e XX, embora neles se encontrem Gil Vicente, Camões, Vieira e, no ensino básico, clássicos da literatura universal e portuguesa adaptados, de que são exemplos A Odisseia, de Homero, As Viagens de Gulliver, de Jonathan Swift ou Os Lusíadas, de Camões, entre outros.

Refira-se ainda que a inserção, nos programas, de autores estrangeiros, apenas foi feita a partir de 1979, no programa do 8.º ano.

O papel activo do aluno enquanto co-responsável pelo processo de ensino-aprendizagem é visível a partir dos programas de 1991. Por seu turno, a sala de aula acolherá “diferenças pessoais e culturais” e o professor deverá “favorecer o desenvolvimento de condutas autónomas e de cooperação”.

É nos programas de 1978-79 que a liberdade de acção por parte do professor se afigura mais preponderante, designadamente quando se afirma que a nota introdutória pretende “provocar uma reflexão sobre alguns dos aspectos [dos programas]; deixa ao professor a liberdade de actuar criativamente perante a realidade dos seus alunos.” Esta autonomia foi claramente cerceada durante o Estado Novo, período em que o docente era, “em todas as circunstâncias, obrigado a actividade formativa do espírito nacional e a contínuo aperfeiçoamento pedagógico, sob pena de suspensão e de procedimento disciplinar.” Existem, não obstante, pequenos laivos de autonomia, ao deixar-se à escolha do professor o método de ensinar a ler e a escrever (1921) ou, como se pode ler no seguinte parágrafo: “O professor é obrigado a permanente acção de cultura geral e aos limites do programa, mas executará este com a elasticidade imposta pela orientação de uma escola activa e imprimirá ao ensino o sentido colonial e corporativista” (1936).

Enquanto o professor se apresenta ora como mediador de aprendizagens, ora como dirigista, também se verifica no aluno uma ambivalência de papéis, que oscila entre a passividade (em 1936, “o aluno acatará com prazer as indicações do professor”) e a capacidade de participar activamente nas suas aprendizagens (“que o aluno seja figurante exclusivo ou participante por esforço heurístico”, em 1948).

Em todos os programas se atribui ao professor a tarefa de promoção do desenvolvimento integral da personalidade do discente, bem como se lhe exige “disponibilidade para a partilha de saberes e um acompanhamento constante e próximo do aluno” (1991).

No que diz respeito à disciplina de Português, esta assume denominações várias, consoante o entendimento do objecto de estudo, oscilando entre o estudo integrado da língua e da literatura (3.º ciclo, 1936, com claro predomínio da literatura) e a autonomização entre Português (Formação Geral), com três horas semanais, e Literatura Portuguesa (Formação Específica) também com três horas semanais (10.º e 11.º anos de escolaridade, 1978-79). O Despacho Normativo de 5 de Junho de 1979 estabeleceria a fusão entre Português e Literatura Portuguesa, passando a haver uma só disciplina de Formação Geral, na área de estudos Humanísticos. Em 1991, no ensino básico, a disciplina passa a denominar-se Língua Portuguesa, designação que se mantém no CNEB, de 2001; no ensino secundário prevalece a denominação de Português.

